



APRESENTAÇÃO

Esta edição especial da **Revista Metalinguagens** reúne um conjunto raro e coeso de trabalhos em **História das Ideias Linguísticas** e **Historiografia Linguística** e conta, para isso, com um Comitê Editorial composto exclusivamente por especialistas da área: renomados pesquisadores e pesquisadoras, nacionais e internacionais, de amplo reconhecimento e sólido percurso acadêmico. O volume articula pesquisadores brasileiros e estrangeiros em torno de uma questão fundamental: **como os saberes sobre a linguagem e as línguas foram constituídos, apropriados, transformados e compreendidos na longa duração do tempo**. O objetivo é examinar a trajetória da ciência da linguagem em sua pluralidade de abordagens e épocas, contribuindo para a vitalidade do debate acadêmico na área.

Ao todo, a edição é composta por **13 artigos, uma entrevista e duas resenhas**, além desta apresentação. A entrevista com **Sylvain Auroux**, figura central na consolidação contemporânea da História das Ideias Linguísticas, abre a edição, como documento de referência e, ao mesmo tempo, como convite a repensar o campo a partir de sua própria história. A publicação em português desse texto só foi possível graças à autorização gentilmente concedida por **Chloé Laplantine**, detentora dos direitos de tradução e publicação, a quem registramos nosso sincero agradecimento por tornar acessível ao público lusófono uma peça fundamental da metarreflexão sobre a disciplina.

Os textos que compõem o dossiê distribuem-se em **eixos temáticos**

parcialmente sobrepostos, revelando afinidades de objetos, problemas, métodos e posições teóricas, mesmo quando as tradições disciplinares invocadas não são idênticas. As denominações **História das Ideias Linguísticas** e **Historiografia Linguística** – longe de se excluírem – aparecem aqui como rótulos que recobrem, em grande medida, um terreno de interrogações compartilhadas: a constituição de objetos linguísticos, os modos de descrição e normatização, os instrumentos e técnicas de saber (gramáticas, dicionários, tratados), os condicionamentos materiais e institucionais da pesquisa, bem como continuidades e rupturas em longa duração.

Um primeiro núcleo de trabalhos concentra-se na **reflexão metateórica, metodológica e epistemológica** sobre o campo. Nesse conjunto, insere-se o artigo de **Pierre Swiggers**, *Historiografia da gramática: técnica, modelização, estratégias e condicionamento material*, aqui apresentado em tradução, que retoma problemas decisivos para compreender a gramaticografia como técnica historicamente situada: **modelização**, estratégias analíticas e de apresentação, e **condicionamentos materiais** do fazer gramatical. O artigo argumenta que a gramática não é um “dado natural”, mas uma técnica histórica: um trabalho de modelização que aplica um modelo descritivo a fenômenos linguísticos, produzindo um objeto “transformado” (e não a língua “bruta”). Para entender esse trabalho, Swiggers distingue componentes conceituais, operacionais e redacionais e propõe um quadro para analisar a macroestrutura, a microestrutura e a metalinguagem das gramáticas. Além disso, mostra que as gramáticas variam conforme estratégias do gramático (de análise, apresentação e assimilação/didatização) e conforme condicionamentos materiais como contexto cultural, estrutura da língua e sistema de escrita – fatores que influenciam fortemente o tipo de tradição gramatical que se

forma e como ela é exportada/adaptada a outras línguas. Expressamos nosso público agradecimento a Swiggers pela disponibilidade e gentileza nos diálogos estabelecidos durante a preparação desta edição, fundamentais para a seleção do texto aqui apresentado.

Em diálogo com essa agenda, o artigo de **Francivaldo Lourenço Silva**, *História das ideias linguísticas: reflexões de um pesquisador iniciante*, explicita um percurso formativo e teórico-metodológico na área, contribuindo para tornar visíveis as escolhas e os deslocamentos que estruturam a pesquisa historiográfica. O artigo traz um balanço teórico-metodológico da formação do autor como pesquisador em História das Ideias Linguísticas (HIL), a partir de sua experiência investigando (sobretudo) Mattoso Camara Jr. Ele retoma princípios gerais da área (HIL como história das **representações** sobre a linguagem) e apresenta três fundamentos epistemológicos centrais: **ideia como representação**, **externalidades cognitivas** como contraparte histórica dessas ideias e a **ciência como domínio empírico** cuja história funciona como epistemologia descritiva. Na parte final, descreve procedimentos de pesquisa (*corpus*, extração e comparação de enunciados/ideias, horizonte de retrospecto, tradições de pesquisa) e formula o problema do “**projeto sintático**” de Mattoso: como compreender a concepção e o abandono de um tratado de sintaxe, reconstituindo suas ideias a partir de textos publicados e papéis de trabalho.

Fechando este eixo, **Jorge Viana de Moraes** estabelece, em *A gramática universal (GU) de Chomsky e a Crítica da Razão Pura de Kant: aproximações de uma análise epistemológica*, um diálogo de teor epistemológico que reinscreve problemas linguísticos contemporâneos no interior de uma tradição filosófica de longo alcance. O autor sublinha como certas noções – a de

condições de possibilidade do conhecimento e da linguagem, por exemplo – funcionam como operadores fundamentais de análise. O artigo defende que a **Gramática Universal (GU)** de Chomsky pode ser compreendida, em chave epistemológica, como **análoga** ao aparato **transcendental kantiano**: em ambos os casos, há **estruturas a priori** que **condicionam a possibilidade** da experiência (em Kant, do conhecimento em geral; em Chomsky, da aquisição de qualquer língua). O texto argumenta que, apesar de Chomsky se filiar historicamente a uma “linguística cartesiana”, a função teórica da GU (como “estado inicial” inato, universal e organizador) se encaixa ainda melhor no modelo kantiano de “condições de possibilidade”. Além disso, o ensaio revisa a evolução interna da teoria chomskyana (de GU a Princípios e Parâmetros e ao Minimalismo/*Merge*), discute críticas historiográficas (Aarsleff, Koerner, Auroux) à narrativa “pro-domo” de *Linguística cartesiana*, e reúne indícios (incluindo comentários de Roberts e a entrevista de Chomsky a Magee) de que o próprio Chomsky admite que sua posição “soa” como uma tradução linguística de ideias básicas de Kant.

Um segundo eixo reúne contribuições que investigam a **tradição gramatical e seus dispositivos conceituais**, com atenção especial à metalinguagem e às categorias que se sedimentam (e se transformam) ao longo dos séculos. Nesse bloco, o artigo de **Bernard Colombat**, *A metalinguagem da Gramática Geral e Razoada de Port-Royal* (também em tradução), examina aspectos da terminologia e do funcionamento conceitual de uma obra canônica, evidenciando tensões entre vocabulários herdados e usos inovadores. Colombat analisa como a *GGR* (Port-Royal) constrói e emprega sua metalinguagem para descrever a língua, destacando a forte articulação entre linguagem, pensamento e operações do espírito (conceber, julgar, raciocinar), o que fun-

damenta a centralidade da proposição (sujeito – ligação/cópula – atributo). Mostra também que, embora Port-Royal inaugure uma gramática “moderna” pelo viés lógico, sua terminologia é pouco especializada e frequentemente corrente, misturando tradições (especialmente casos latinos, “regime/regência”, “conveniência/concordância”) com soluções analíticas próprias (p. ex., o uso de sujeito/objeto, o papel do relativo como ligação, e mecanismos como subentender/supressão e figuras de construção). O resultado é uma metalinguagem aparentemente simples, mas capaz de sustentar análises complexas e influentes na tradição gramatical posterior.

Em outra direção, mas ainda no coração do problema “gramática e seus fundamentos”, **Marli Quadros Leite**, em *A relação gramatical com a oralidade* (em tradução, com revisão técnica da autora), mostra como a reflexão gramatical, desde a Antiguidade, se enraíza em práticas orais e como a passagem à escrita reorganiza – sem apagar – essa base. A autora discute a **relação intrínseca entre oralidade e gramática**, mostrando que, embora a gramática tenha se consolidado historicamente ligada à escrita e ao texto (especialmente no contexto alexandrino), sua matéria-prima é a língua em uso, isto é, a fala. Primeiro, reconstrói o pano de fundo da **Grécia antiga** (predominância da oralidade e lenta expansão da escrita) e como isso impacta o nascimento da reflexão linguística. Em seguida, examina vestígios da oralidade na teorização dos gramáticos alexandrinos (Dionísio Trácio e Apolônio Díscolo), inclusive nas tensões entre **uso e autoridade da tradição**. Por fim, mostra que a primeira gramática portuguesa, a de Fernão de Oliveira (1536), se ancora fortemente no **uso real e oral** da língua, reforçando que a gramática é um instrumento cultural que registra (e também normatiza) práticas linguísticas vivas.

Ainda no terreno da gramaticografia e das categorias sintáticas, figura, na sequência, o texto *Gramaticografia e subordinação de orações: horizonte de retrospecção das primeiras gramáticas brasileiras*, de **Fábio Albert Mesquita** e **Francisco Eduardo Vieira**. Nele, os autores acompanham a circulação e a sistematização de modelos de análise, destacando o papel de tradições específicas (e de seus herdeiros) na consolidação de quadros descritivos que impactam a gramaticografia brasileira. O artigo reconstrói o horizonte de retrospecção das primeiras gramáticas brasileiras de português (marco em Moraes Silva, 1806) quanto ao conhecimento sobre **subordinação de orações**. Mostra que, até o séc. XVIII, a sintaxe gramatical tende a privilegiar relações entre palavras (concordância/regência), o que dificulta uma teoria explícita da subordinação. Em seguida, evidencia o papel de Port-Royal (proposição e *proposição incidente*) como passo decisivo, mas ainda com limites, e aponta a virada com gramáticos franceses do séc. XVIII (especialmente **Girard** e **Condillac**) na sistematização das relações interproposicionais. Por fim, descreve como essas ideias são apropriadas e reorganizadas na gramaticografia portuguesa do séc. XIX, com destaque para **Soares Barbosa**, consolidando um **modelo sintático baseado em funções** que será central na tradição gramatical brasileira oitocentista.

Um terceiro conjunto de trabalhos acompanha a gramaticografia em sua articulação com **projetos pedagógicos, institucionais e identitários**, sobretudo entre os séculos XVII e XIX. Nesse eixo, **Neusa Barbosa Bastos** e **Nancy Casagrande**, em *Um olhar historiográfico para gramática e para o ensino no século XVII: Amaro de Robredo*, mobilizam procedimentos teórico-metodológicos da Historiografia Linguística para interpretar fonte primária e reconstruir implicações pedagógicas, culturais e ideológicas da gra-

maticografia lusófona setecentista. As autoras reconstituem o **clima de opinião** do século XVII e analisam a *Porta de Línguas* (1623), de **Amaro de Roboredo**, como documento-chave da gramaticografia e do ensino. Mostram como a obra propõe um **método pedagógico** para aprender línguas (português, espanhol e latim) baseado em sentenças/frases e memorização, articulando ensino, norma e uso. Também evidenciam as implicações culturais, ideológicas e políticas do projeto (nobreza, clero e contexto de dominação ibérica).

Em perspectiva de história intelectual e sociocultural, **Marina Kos-sárik** (**Marina Feldman**, em *Por que é que a primeira gramática universal foi criada precisamente em Portugal? O papel do contexto sociocultural na origem e desenvolvimento das ideias linguísticas*, indaga as condições históricas que tornam inteligível a emergência de uma gramática universal em um espaço e tempo determinados. A autora argumenta que a primeira “gramática universal” surgiu em Portugal com o *Methodo Grammatical para Todas as Línguas* (1619), de **Amaro de Roboredo**, devido a condições históricas muito específicas: expansão marítima, comércio global e contato intenso com uma diversidade tipológica inédita de línguas na África, Ásia e Américas. Nesse cenário, a tradição portuguesa teria se orientado mais para comunicação e ensino intercultural do que para a mera afirmação política de uma língua nacional (em contraste com parte da tradição espanhola), favorecendo a formulação de princípios gerais aplicáveis ao estudo e ao ensino de “qualquer língua”, antecipando pontos que depois se tornariam associados a Port-Royal.

Na transição para o Brasil oitocentista, **Rayssa Raquel Marinho** analisa o *Compêndio* de Antônio Álvares Pereira Coruja (1835) – *Compêndio da Gramática da Língua Nacional* – para compreender o papel das gramáticas

escolares na construção da identidade nacional brasileira. Fundamentada no modelo de camadas de Pierre Swiggers, a pesquisa demonstra como a obra concilia a herança clássica com as necessidades políticas do século XIX. O estudo destaca a gramática como um instrumento de política linguística e educacional, essencial para a gramatização e para a consolidação institucional do Brasil independente.

Um quarto eixo articula Historiografia Linguística e **Linguística Missionária**, trazendo à tona descrições produzidas em contextos de contato linguístico e projetos religiosos, analisadas, todavia, como **artefatos teóricos e técnicos**, e não como simples “documentos auxiliares” da história colonial. Assim, **Gonçalo Fernandes** e **Carlos Assunção**, em *Descrição do japonês e do vietnamita no século XVII e a sua relevância para o princípio da polidez*, mostram como gramáticas missionárias lidam com sistemas de tratamento, deferência e hierarquia social, iluminando dimensões pragmáticas frequentemente subestimadas em narrativas historiográficas mais tradicionais. Os autores demonstram que muito do que hoje chamamos de “**princípio da polidez**” (na pragmática) já era observado e descrito por gramáticos e lexicógrafos europeus do **século XVII** ao tratar do **japonês** e do **vietnamita**. Analisam sobretudo os trabalhos de João Rodrigues e Diego Collado (japonês) e Alexandre de Rhodes (vietnamita), o que evidencia como **honoríficos, pronomes, partículas e formas de tratamento** codificam hierarquia e relações sociais. A conclusão é que a **linguística missionária** antecipou, com outra metalinguagem, problemas centrais da polidez estudados modernamente por Lakoff e por Brown & Levinson.

No artigo *A fonologia do tupinambá e o primeiro capítulo da gramática de Anchieta: uma análise historiográfica*, sob a perspectiva da Linguística

Missionária, **Leonardo Kaltner** reexamina a descrição fonológica de José de Anchieta (1595), dialogando com a história das missões e a descrição de línguas indígenas no Brasil. Sob a lente da Historiografia Linguística, Kaltner demonstra como as escolhas analíticas do jesuíta refletem tradições específicas e objetivos práticos. O autor evidencia que a descrição fonológica de Anchieta é essencialmente contrastiva, opondo o tupinambá ao português e ao latim, e destaca estratégias ortográficas, como o uso do til para a nasalidade. Ao final, a obra situa Anchieta no contexto da “revolução da gramatização” de Auroux e da tradição missionária descrita por Zwartjes, vinculando a técnica linguística aos imperativos da colonização e da catequese.

O dossiê contempla ainda um eixo voltado à **materialidade documental, aos arquivos e à constituição de acervos**, que é também – de modo decisivo – um problema historiográfico. **Alessandro Beccari** e **Amanda Rodrigues Salandim**, em *O latim medieval no acervo de uma biblioteca universitária: um estudo epi-historiográfico*, evidenciam como práticas de compilação, indexação e organização de acervos constituem formas de produção e circulação do saber, oferecendo repertório que permite articular história linguística e história institucional da pesquisa; ao levantar e sistematizar obras sobre latim medieval no acervo da UNESP/Assis (com repertório, fichas descritivas e leitura do tratamento do “latim medieval” em títulos-chave), mostra-se como a própria formação do acervo, com picos de aquisição e ênfases temáticas, documenta e orienta tradições locais de investigação, especialmente em Estudos Clássicos e Linguística Românica.

Por fim, o volume abre-se a um “novo objeto” – **as tecnologias de automatização** – incontornável para as ciências da linguagem, considerado inclusive em seus desdobramentos mais atuais: a IA em seus modelos genera-

tivos (como os Large Language Models - LLMs). Em *A tradução automática como tecnologia de guerra*, **Jacqueline Léon** reconstrói historicamente a tradução automática em sua articulação com políticas científicas e militares, evidenciando como infraestruturas, financiamentos, agendas e regimes de legitimidade reconfiguram problemas e métodos e com isso tensionam fronteiras disciplinares. Ao situar a TA entre 1948 e 1966 como um empreendimento de urgência, orientado por objetivos operacionais e recursos praticamente ilimitados, Léon destaca o papel de relatórios e instituições (do memorando de Weaver ao juízo de Bar-Hillel e ao corte do ALPAC) na definição do que conta como resultado, como custo e como “qualidade” aceitável. Nesse processo, a linguística acadêmica aparece frequentemente deslocada por uma “linguística para engenheiro”, moldada pelas restrições das máquinas e pela cultura técnico-militar, ao mesmo tempo em que se inaugura a virada que desembocará na linguística computacional e no TAL como novos polos de reorganização do campo.

O volume se completa com duas resenhas críticas, dedicadas a obras recentes e de referência: *Uma história das ideias linguísticas* (Colombat; Fournier; Puech, 2017) e *História da gramática* (Borges Neto, 2022, 2025). Ao recolocarem esses títulos em circulação, ampliam o horizonte de leitura do conjunto.

O percurso histórico traçado pelo conjunto dos textos reunidos neste número não obedece a uma linha evolutiva única ou a uma narrativa teleológica. Antes, expõe uma diversidade expressiva de temas, questões, metodologias e posições teóricas, permitindo ao leitor visualizar a complexidade de um campo que se constrói, simultaneamente, por retornos às tradições clássicas, por reinterpretações de *corpora* já conhecidos e pela abertura a



novos objetos (como gramáticas missionárias, manuais escolares oitocentistas e tecnologias de automatização da linguagem).

Esperamos que esta edição especial de *Metalinguagens* contribua, assim, para ampliar o debate historiográfico, reforçar laços entre grupos de pesquisa nacionais e internacionais e oferecer, a estudantes e pesquisadores, um panorama atualizado e multifacetado das formas pelas quais se tem pensado (e narrado) a história dos saberes sobre as línguas e a linguagem.

Prof. Dr. Jorge Viana de MORAES¹
Universidade de São Paulo – Brasil

¹ Doutor e Pós-Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) no campo da História das Ideias Linguísticas/Historiografia Linguística, onde é professor e pesquisador no referido campo e no das Ciências da Linguagem (Área de Filologia e Língua Portuguesa). O autor é Editor Associado dos *Cadernos de Linguística* (ABRALIN) para textos voltados exclusivamente para a Área de História das Ideias Linguísticas/Historiografia Linguística. E-mail: <jorgevianademoraes@usp.br >.